

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP**

Instituto de Biociências - Campus de Botucatu

BRUNA PERROUD SACRAMENTO, GIULIA FRIZZO PUCCETTI, KAIQUE DANIEL  
DE SOUZA, RAFAELA HEMILY CIRILO e VIVIAN CRISTINA SENESE

**PRÁTICAS INCLUSIVAS EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS: o caso do Centro de  
Educação Ambiental “Clube da Mata”.**

**Botucatu/SP**

**2025**

BRUNA PERROUD SACRAMENTO, GIULIA FRIZZO PUC CETTI, KAIQUE DANIEL  
DE SOUZA, RAFAELA HEMILY CIRILO e VIVIAN CRISTINA SENESE

**PRÁTICAS INCLUSIVAS EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS: o caso do Centro de  
Educação Ambiental “Clube da Mata”.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Estadual  
Paulista (UNESP), Instituto de Biociências,  
Botucatu, para a obtenção do título de  
licenciandos em Ciências Biológicas.

Orientadora: Profa. Nijima Novello  
Rumenos

Coorientador: Tiago Fernando Alves de  
Moura

**Botucatu/SP**

**2025**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA SEÇÃO TÊC. AQUIS. TRATAMENTO DA INFORM.  
DIVISÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - CÂMPUS DE BOTUCATU - UNESP  
BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL: ROSANGELA APARECIDA LOBO-CRB 8/7500

Práticas inclusivas em espaços não formais : o caso do Centro de Educação  
Ambiental "Clube da Mata" / Bruna Perroud Sacramento ... [et.al.] - Botucatu, 2025.  
21 f.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Ciências Biológicas) -  
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biotecnologia de Botucatu  
Orientadora: Nijima Novello Rumenos  
Coorientador: Tiago Fernando Alves de Moura

1. Acessibilidade. 2. Educação não-formal. 3. Educação ambiental. 4. Inclusão escolar.  
I. Sacramento, Bruna Perroud. II. Puccetti, Giulia Frizzo. III. Souza, Kaique Daniel  
de. IV. Cirilo, Rafaela Hemily. V. Senese, Vivian Cristina.

BRUNA PERROUD SACRAMENTO  
GIULIA FRIZZO PUCETTI  
KAIQUE DANIEL DE SOUZA  
RAFAELA HEMILY CIRILO  
VIVIAN CRISTINA SENESE

**PRÁTICAS INCLUSIVAS EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS**  
O caso do Centro de Educação Ambiental “Clube da Mata”

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado a Universidade Estadual  
Paulista, como parte das exigências para  
a obtenção do título de Licenciado, do  
curso de Graduação em Ciências  
Biológicas.

Botucatu, 08 de dezembro de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **NIJIMA NOVELLO RUMENOS**  
Data: 08/12/2025 11:38:23-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Profa. Dra. Nijima Novello Rumenos  
Departamento de Ciências Humanas e Ciências da Nutrição e Alimentação –  
Instituto de Biociências, Unesp - Botucatu

Documento assinado digitalmente  
 **MARIA DE LOURDES SPAZZIANI**  
Data: 15/12/2025 10:54:33-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Profa. Dra. Maria de Lourdes Spazziani  
Departamento de Ciências Humanas e Ciências da Nutrição e Alimentação –  
Instituto de Biociências, Unesp - Botucatu

## RESUMO

Educação Ambiental discute o papel da sociedade frente aos problemas socioambientais, tornando essencial a formação de cidadãos críticos aos impactos que as ações antrópicas realizam no meio ambiente. Nesse contexto, espaços não formais de educação desempenham um papel relevante ao ampliar o acesso à educação e ao ambiente natural para grupos historicamente marginalizados, como pessoas em vulnerabilidade social e/ou com deficiências. Entretanto, persistem desafios que dificultam a inclusão nesses locais. Pensando nisto, este trabalho teve como objetivo contextualizar a situação atual dos espaços não formais potencialmente voltados à Educação Ambiental promovidos pela Unesp de Botucatu-SP. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores do Clube da Mata, além de uma visita técnica à fazenda Experimental da Unesp em São Manuel, onde ocorre o projeto. Os dados foram analisados via abordagem descritiva qualitativa. Embora existam iniciativas, como adaptação de rotas e produção de materiais didáticos adaptados, a falta de capacitação para utilizá-los limita sua efetividade e ampliação de acessibilidade. Tais medidas ainda não garantem que todas as pessoas com deficiências tenham acesso equivalente ao conteúdo. A indisponibilidade de recursos financeiros impacta diretamente a implementação e a continuidade das melhorias estruturais nos espaços em que ocorrem essas ações de Educação Ambiental.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Espaços não formais; Educação Ambiental; Inclusão.

## **INCLUSIVE PRACTICES IN NON FORMAL SPACES: the case of the Environmental Education Center “Clube da Mata”.**

### **ABSTRACT**

Environmental Education examines society's role in addressing socio-environmental issues, making the formation of citizens capable of critically evaluating the impacts of anthropic actions on the environment essential. In this context, non-formal education spaces play a relevant role by expanding access to education and to the natural environment for historically marginalized groups, such as people in situations of social vulnerability and/or with disabilities. However, challenges persist that hinder inclusion in these settings. With this in mind, this study aimed to contextualize the current situation of non-formal spaces potentially dedicated to Environmental Education promoted by Unesp in Botucatu-SP. To this end, semi-structured interviews were conducted with managers of Clube da Mata, in addition to a technical visit to the Experimental Farm of Unesp in São Manuel, where the project takes place. The data were analyzed using a qualitative descriptive approach. Although there are initiatives, such as route adaptations and the development of adapted educational materials, the lack of training for their use limits their effectiveness and the expansion of accessibility. Such measures still do not ensure that all people with disabilities have equivalent access to the content. The unavailability of financial resources directly affects the implementation and continuity of structural improvements in the spaces where these Environmental Education activities occur.

**Keywords:** Accessibility; Non formal spaces; Environmental Education; Inclusion

## **PRÁCTICAS INCLUSIVAS EN ESPACIOS NO FORMALES: el caso del Centro de Educación Ambiental “Clube da Mata”.**

### **RESUMEN**

La Educación Ambiental analiza el papel de la sociedad frente a los problemas socioambientales, haciendo esencial la formación de ciudadanos capaces de evaluar críticamente los impactos que las acciones antrópicas generan en el medio ambiente. En este contexto, los espacios no formales de educación desempeñan un papel relevante al ampliar el acceso a la educación y al entorno natural para grupos históricamente marginados, como personas en situación de vulnerabilidad social y/o con discapacidades. No obstante, persisten desafíos que dificultan la inclusión en estos lugares. Con esto en mente, este trabajo tuvo como objetivo contextualizar la situación actual de los espacios no formales potencialmente orientados a la Educación Ambiental promovidos por la Unesp en Botucatu-SP. Para ello, se realizaron entrevistas semiestructuradas con los gestores del Clube da Mata, además de una visita técnica a la Hacienda Experimental de la Unesp en São Manuel, donde se desarrolla el proyecto. Los datos fueron analizados mediante un enfoque descriptivo cualitativo. Aunque existen iniciativas, como la adaptación de rutas y la elaboración de materiales didácticos adaptados, la falta de capacitación para utilizarlos limita su efectividad y la ampliación de la accesibilidad. Tales medidas aún no garantizan que todas las personas con discapacidades tengan un acceso equivalente al contenido. La indisponibilidad de recursos financieros afecta directamente la implementación y la continuidad de las mejoras estructurales en los espacios donde se desarrollan estas acciones de Educación Ambiental.

**Palabras clave:** Accesibilidad; Espacios no formales; Educación Ambiental; Inclusión.

**Agradecimientos:** Gestores do clube da mata; Prof. Tiago Fernando Alves de Moura e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nijima Novello Rumenos

## SUMÁRIO

|                                                                                                                |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA .....                                                                            | 2  |
| 1.1. Educação Ambiental .....                                                                                  | 2  |
| 1.2. Pessoas com deficiência (PCDs) e o acesso à educação ambiental em espaços de<br>educação não formal. .... | 4  |
| 1.3. O Clube da mata .....                                                                                     | 6  |
| 2. OBJETIVOS .....                                                                                             | 6  |
| 3. METODOLOGIA .....                                                                                           | 7  |
| 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....                                                                                | 8  |
| 5. CONCLUSÃO .....                                                                                             | 12 |
| 6. REFERÊNCIAS .....                                                                                           | 12 |
| 7. ANEXOS .....                                                                                                | 14 |
| 8.1. Anexo 1 – Observações da visita técnica .....                                                             | 14 |
| 8.1. Anexo 2 – Questionário para entrevista .....                                                              | 15 |
| 8.2. Anexo 3 – Termo de consentimento (TCLE) .....                                                             | 16 |

## 1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

### 1.1. Educação Ambiental

Ao longo da história, com o desenvolvimento econômico capitalista, o meio ambiente sofreu diversas alterações devido à exploração descontrolada de recursos naturais. Em contrapartida, diversos grupos e populações, atentos aos impactos ambientais, tomaram frente em defesa à natureza e buscaram propor discussões e reestruturações ao uso predatório do meio ambiente. Nesse sentido, em 1972, na Conferência de Estocolmo, temos um grande marco da Educação Ambiental (EA) na qual a educação foi colocada como fator decisivo para a responsabilização do ser humano frente à sua relação com o meio (Ramos, 2001).

Dessa forma, a EA surge, inicialmente, como uma via do movimento ecológico para debater e buscar novas formas de compreender e explorar a relação entre o ser humano e o meio ambiente (Carvalho, 2012). A reflexão sobre o papel da sociedade nos impactos ecológicos que estavam sendo observados na natureza foi um fator decisivo para que houvesse, globalmente, uma maior preocupação no desenvolvimento de políticas públicas que buscassem o desenvolvimento de sociedades sustentáveis.

No Brasil, no ano de 1973, foi possível perceber um movimento de atenção à EA através da criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), a qual possuía uma perspectiva conservacionista e cientificista em sua abordagem ambiental (Loureiro e Saisse, 2014). Após esse primeiro momento, a EA foi sendo explorada e desenvolvida com a realização de diversos seminários e conferências, além da estruturação de políticas públicas e leis que valorizam a sua contribuição para a sociedade. A lei nº 9.795 (BRASIL, 1999, p. X), sobre a EA, assegura que:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental.

Com o passar dos anos, houve um aprofundamento no campo da EA devido a compreensão da multidimensionalidade do seu potencial pedagógico (Layrargues e Lima, 2014). A complexidade dessa temática permite que existam diversas abordagens e perspectivas acerca da EA, sendo a caracterização em correntes por Sauvé (2005), uma das mais utilizadas até os dias de hoje, além da caracteriza  o de macro tendências por Layrargues (2014). Nesse sentido, o presente artigo, utiliza das contribui  es da educa  o ambiental crítica para explorar

a relação indissociável entre a natureza e o social e o potencial emancipador desse aprendizado (Sauvé, 2005). Contudo, propomos avançar na análise sobre como o desenvolvimento capitalista molda não apenas a paisagem, mas o próprio acesso a ela. Conforme discutem Ray e Sibara (2017), a noção de “natureza selvagem” (*wilderness*) - a qual é historicamente construída em torno de um “ideal de corpo selvagem” (*wilderness body ideal*), ou seja, um corpo fisicamente apto, independente e produtivo. Sob essa lógica de mercado, *a natureza torna-se uma mercadoria de consumo* voltada para corpos “eficientes”, excluindo sistematicamente aqueles que não se enquadram em um determinado padrão normativo. Portanto, a formação de cidadãos críticos, neste sentido, deve desnaturalizar essa exclusão, compreendendo que a inacessibilidade não é um mero “descuido técnico”, mas um reflexo de estruturas socioeconômicas que marginalizam corpos com deficiência.

Dessa forma, compreendemos o potencial que a EA tem de contribuir com a formação de cidadãos críticos e atentos aos impactos socioeconômicos na natureza. Além de defender que a compreensão das alterações nas paisagens, biodiversidade e disponibilidade de recursos consequente do desenvolvimento econômico capitalista é essencial para a participação ativa da população em lutas ambientais. Ainda, a lei 9.795 (Brasil, 1999), ao defender a educação ambiental como direito de toda a população, também compreende a possibilidade de ser abordada em caráter formal e não-formal.

Ao tratar da EA em ambientes que não possuem o seu papel direto de educar, estamos considerando a continuidade do processo educativo para além da escola. Dessa forma, a EA em ambientes de educação não-formal, pode ir além dos conhecimentos específicos das disciplinas definidas no currículo, além de diversificar o público-alvo que pode participar desse processo de ensino-aprendizagem. Por esse motivo, uma das principais contribuições da EA para além da escola é a riqueza e variedade de conhecimentos compartilhados por diferentes grupos de pessoas que podem frequentar esses espaços, contribuindo com as interações socioculturais (Marques, Nascimento e Rocha, 2023).

Os espaços não formais de educação têm um enorme potencial para educar socioambientalmente todas as faixas etárias e promover um senso crítico na medida em que promove o pertencimento ao local e reflexões sobre a atuação/relação do indivíduo com o meio ambiente.

Entretanto, ao longo da história é possível perceber que alguns grupos sofreram um processo de marginalização e privação de direitos humanos como saúde, lazer, educação entre outros. Ademais, é notório que, explorar espaços não formais de EA, é uma das formas de

diversificar o acesso à educação e a natureza que, para esses grupos historicamente marginalizados, têm sido dificultados, como por exemplo para pessoas em vulnerabilidade social e pessoas com deficiências (PCDs).

## **1.2. Pessoas com deficiência (PCDs) e o acesso à educação ambiental em espaços de educação não formal.**

A deficiência, reconhecida atualmente a partir do modelo biopsicossocial, não é considerada apenas uma questão médica, mas se caracteriza como um fator social, psicológico e biológico (Brasil, 2024). Ademais, a definição presente na lei brasileira de critérios para acessibilidade 10.098, em relação à pessoa com deficiência, é àquela que possui algum impedimento que obstrui a sua participação plena na sociedade quando em interação com suas barreiras (Brasil, 2015). É essencial, portanto, distinguir as abordagens pedagógicas que permeiam a relação com a deficiência. Historicamente, a educação tradicional opera sob a lógica do “*Modelo Médico*”, que localiza o problema no indivíduo, focando no diagnóstico e na tentativa de 'normalização' do corpo. Em contrapartida, Nocella (2017) propõe a perspectiva da “*Eco-ability*” (Eco-habilidade), que entrelaça os estudos da deficiência com a ecologia, defendendo que a natureza atua como um espaço de valorização da diversidade. Deste modo, enquanto o modelo médico rotula e segrega, a *Eco-ability* sugere que o contato direto com o ambiente natural permite experiências sensoriais que equalizam as oportunidades de aprendizado, deslocando o foco da “*falta*” (o que o aluno não faz) para a “*potência*” (como o aluno interage com a natureza).

Nesse sentido, a organização da sociedade não ocorreu apenas de forma a desconsiderar a existência de PCDs, mas foi ativamente projetada para a invisibilidade desses corpos. Conforme discute Kafer (2017) ao abordar a “compulsoriedade do corpo capaz” (*compulsory able-bodiedness*), ideologia que naturaliza a capacidade física normativa como a única forma aceitável de existência, os ambientes físicos e sociais seriam construídos sob a presunção de que todos os usuários possuem corpos *sem deficiência*. Sob essa ótica, a ausência de pessoas com deficiência em espaços não formais, frequentemente interpretada por gestores como *inexistência de demanda*, não deve ser vista como um acaso, mas como o resultado de um projeto estrutural de exclusão que sinaliza, *a priori*, que aquele espaço não foi concebido para corpos diversos. Ou seja, existiria a presunção de que a “*verdadeira*” experiência na natureza exigiria um corpo fisicamente apto, capaz de caminhar, escalar e superar obstáculos sem assistência tecnológica (como, por exemplo, cadeiras de rodas motorizadas).

Ao abordar sobre grupos marginalizados, estamos nos referindo àqueles que ao longo da história não tiveram as suas características consideradas para o desenvolvimento de políticas públicas ou outras iniciativas. A discriminação pode ocorrer de diversas formas, privando as pessoas da vida social, educacional e econômica através de barreiras físicas, atitudinais e de comunicação (Oliveira, 2025). Entre as barreiras atitudinais, destaca-se o que Kafer (2017) e Ray e Sibara (2017) identificam como uma *cultura de proteção excessiva*, derivada da percepção social de que os corpos com deficiência são inerentemente “frágeis” ou “vulneráveis” demais para ambientes desafiadores. No contexto de espaços não formais em meio à natureza, essa visão estigmatizante frequentemente se converte em medo por parte de familiares e educadores, criando uma *segregação preventiva*, ou seja: a pessoa com deficiência é impedida de acessar o espaço não pela falta de uma rampa, mas *pela crença prévia de que a natureza “selvagem” representa um risco incompatível com sua condição*. Quando nos referimos às barreiras da sociedade estamos nos referindo aos obstáculos que dificultam a liberdade e os direitos à acessibilidade (Brasil, 2015). Desse modo, é necessário, primeiramente, identificar a existência dessas limitações para que seja possível repensá-las.

No Brasil, a taxa de pessoas analfabetas é 5 vezes maior entre as PCDs quando comparados com as pessoas sem deficiência (Brasil, 2024). Portanto, é possível perceber de forma clara que os direitos não estão sendo garantidos da forma correta para todas as pessoas. Nesse sentido, ao abordar sobre a EA, com seu papel educacional, é fundamental que exista a garantia de participação de todas as pessoas e minimização das possíveis barreiras.

A valorização da diversidade humana é fundamental, não só para as PCDs, mas também em benefício a toda sociedade e a riqueza que a inclusão e a solidariedade podem promover nos processos educativos. A EA crítica, em seu potencial libertador, auxilia na formação de cidadãos críticos e participativos do exercício democrático (Oliveira, 2025). A realização dessas atividades de EA em espaços de educação não formal, garantem também o maior alcance de pessoas diversas e, por esse motivo, se faz fundamental que exista uma preocupação em excluir os obstáculos para PCDs.

Contudo, a acessibilidade não deve ser medida apenas pela autonomia física individual. Baseando-se em Kafer (2017), é fundamental diferenciar a interdependência - compreensão de que todos os seres humanos precisam de redes de apoio e cuidado mútuo - da dependência forçada. Enquanto a primeira é uma escolha política e ética de convivência, a segunda é uma imposição gerada pela precariedade da infraestrutura pública. Quando o ambiente não oferece condições mínimas, a pessoa com deficiência é privada de sua agência e colocada em uma

situação de *autonomia precarizada*, onde o acesso a direitos básicos (como beber água ou locomover-se) passa a depender *exclusivamente da boa vontade de terceiros*, caracterizando uma falha sistêmica na garantia de direitos.

### 1.3. O Clube da mata

O convênio “Clube da mata” é uma iniciativa de Educação Ambiental que ocorre na Fazenda Experimental da UNESP em São Manuel e busca promover um maior contato da população com a natureza e uma reflexão histórica e social sobre as relações nesse espaço (Santos, 2024). O projeto, vinculado ao Departamento de Ciências Humanas e Ciências da Nutrição e Alimentação (DCHCNA) do Instituto de Biociências de Botucatu (IBB), a Faculdade de Ciências Agronômicas (FCA) da Unesp de Botucatu com a Prefeitura de São Manuel, contribui com a interação entre comunidade e universidade pública, promovendo um espaço de aprendizado e reflexão em meio à natureza. Essa iniciativa teve início no ano de 2018 e atualmente se tornou o Centro de Educação Ambiental (CEA) Clube da Mata.

Nesse sentido, o desenvolvimento das atividades neste espaço não formal de educação que atende crianças e jovens do município, contribui com a EA na educação básica e rompe com as limitações do ensino tradicional e abre possibilidade para as atividades ocorrerem em outros espaços além do escolar (Santos, 2024). Uma das abordagens propostas pelo centro, visa explorar a agricultura sustentável ao invés do cultivo intensivo, tópico que se mostra fundamental nesse contexto, já que, na cidade, a monocultura é uma prática comum (Thomé, 2022). Dessa forma, é possível perceber que a EA crítica em seu papel emancipador é fundamental para a participação ativa e reflexiva da sociedade.

A partir dessa perspectiva, as atividades realizadas no CEA Clube da Mata, contribuem de forma significativa com o aprendizado de jovens sobre a realidade do município e sobre temáticas importantes como mudanças climáticas e produção agroecológica. Entretanto, é necessário verificar e garantir que o acesso à educação está acontecendo de forma inclusiva, subtraindo as barreiras que podem privar grupos de pessoas desse conhecimento.

## 2. OBJETIVOS

Ao pensar sobre a importância da educação ambiental em espaços não formais, especialmente quando se trata da inclusão de pessoas com deficiência, este trabalho teve como propósito compreender como o projeto “Clube da Mata” atua nesse cenário. A proposta central foi investigar de que maneira esse convênio, tão reconhecido na cidade por suas ações voltadas

à formação socioambiental de crianças e jovens, lida com os desafios e possibilidades da acessibilidade. Para isso, o estudo se propôs a observar o espaço físico onde ocorrem as atividades, além de realizar entrevista com gestores do projeto, buscando identificar aspectos relacionados à acessibilidade, as práticas pedagógicas e a utilização de materiais didáticos adaptados, bem como analisar a percepção da gestão sobre a demanda de visitantes com deficiência, problematizando a invisibilidade desse público.

A análise foi feita com base em critérios legais que consideram também os fatores sociais e ambientais que influenciam a participação plena das pessoas. O presente trabalho buscou entender como essas práticas se articulam com os princípios da Educação Ambiental crítica, que valoriza a formação de sujeitos conscientes, participativos e comprometidos com a transformação social, como apontam autores como Sauvé (2005) e Layrargues (2014).

Por fim, este trabalho também pretendeu refletir sobre como os espaços não escolares podem ampliar o acesso   Educa  o Ambiental, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência.

### 3. METODOLOGIA

A abordagem do trabalho foi centrada em um estudo de caso sobre o projeto “Clube da Mata”, de forma qualitativa, já que a atua  o do projeto satisfaz a compreensão de educa  o ambiental não formal para crianças e jovens do município de São Manuel-SP. A pesquisa foi conduzida por meio de visita técnica ao espaço físico onde ocorrem as principais atividades do Clube da Mata, com o intuito de observar diretamente as condi  o  es de acessibilidade física, comunicacional, atitudinal e pedagógica. Essa observa  o foi guiada por um roteiro baseado nos critérios estabelecidos pela Lei n   10.098/2000 e pelas diretrizes da educa  o ambiental crítica.

Ademais, além da visita técnica, foram realizadas entrevistas com a coordena  o do projeto. As entrevistas foram semi estruturadas, de forma a compreender: (i) a percep  o sobre acessibilidade e inclusão, (ii) as estratégias adotadas para garantir a acessibilidade, (iii) os desafios enfrentados na implementa  o de práticas inclusivas e (iv) a rela  o entre os princípios da educa  o ambiental crítica e a inclusão de grupos historicamente marginalizados. Todas as entrevistas foram gravadas com autoriza  o prévia dos participantes e posteriormente transcritas para análise com auxílio do site TurboScribe.

Os dados obtidos foram analisados por meio da técnica de análise descritiva qualitativa, que caracteriza-se por uma perspectiva interpretativa da realidade, na qual os pesquisadores

buscam compreender os fenômenos em seus contextos naturais, valorizando os significados atribuídos pelos indivíduos envolvidos (Denzin e Lincoln, 2006). Nessa mesma direção, Vieira e Zouain (2005) destacam que esse tipo de investigação dá ênfase aos relatos dos participantes, aos discursos e aos sentidos que emergem dessas interações, priorizando uma descrição minuciosa dos acontecimentos e dos elementos que os compõem. Essa análise, realizada através do guia de observação e do questionário para observação do espaço (anexo 1), permite a identificação de categorias relacionadas à acessibilidade em espaços de educação ambiental não formal, inclusão e desafios enfrentados. Além disso, foi realizada uma entrevista semi estruturada (anexo 2) para entender melhor os objetivos do projeto e como os temas de acessibilidade são trabalhados no CEA.

A análise foi orientada pelos referenciais teóricos da educação ambiental crítica, como os de Sauvé (2005) e Layrargues (2014) e pelo modelo biopsicossocial da pessoa com deficiência, conforme estabelecido pela legisla  o brasileira. Ainda, a pesquisa seguiu os princípios   ticos definidos pela Resolu  o n   510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, sempre trazendo a perspectiva teórica como orienta  es para as análises. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise realizada a partir das entrevistas permitiu identificar aspectos relacionados    infraestrutura, aos materiais didáticos e    forma  o da equipe do Clube da Mata, bem como percep  es sobre a intera  o dos estudantes durante as atividades.

Nesta se  o, são apresentados os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados durante a entrevista, organizados em três categorias gerais: (i) infraestrutura (ii) materiais didáticos, (iii) estudos e treinamentos.

##### **I. Infraestrutura**

O espaço do CEA Clube da Mata,    caracterizado como um espaço amplo com um setor destinado a Fazenda Experimental da Unesp e uma área com algumas constru  es utilizadas no projeto.    possível perceber uma preocupa  o em manter o ambiente arborizado com uma grande quantidade de plantas nativas e que proporcionam um ambiente agradável em rela  o a temperatura e ao sombreamento devido a preserva  o do local. Nesse sentido, a presença no espaço se complementa com as atividades desenvolvidas no projeto, já que    citado o “banho

de natureza” e as trilhas que intensificam o contato sensorial com a fauna, a flora e a funga e tornam o processo de aprendizagem mais imersivo e significativo.

Em relação as delimitações espaciais para a realização de cada atividade, existe um espaço construído exclusivamente para as refeições onde é possível observar portas de correr que permitem a passagem de cadeiras de rodas e com diversas mesas e cadeiras móveis que podem ser organizadas de acordo com as necessidades do grupo. Além disso, há um campo de futebol disposto em uma área aberta que é de fácil acesso para aqueles que possuem dificuldade locomotora.

Os relatos sugerem que a acessibilidade física ainda constitui um dos principais desafios para a inclusão plena no espaço. A inadequação dos banheiros, que não seguem as normas da ABNT e carecem de barras de apoio, somada à dificuldade de acesso aos bebedouros, parece comprometer a autonomia de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Além disso, a irregularidade das trilhas e a necessidade de auxílio manual da equipe podem indicar que a infraestrutura atual não atende plenamente ao princípio de mobilidade segura previsto pela legislação vigente.

A entrevistada citou situações em que a acessibilidade foi viabilizada por meio do suporte direto da equipe e acompanhantes, como no relato: *“Ela ia de mãozinha dada [com a acompanhante]. E era bem tranquilo”*. Da mesma forma, a inadequação do mobiliário (bebedouros inacessíveis) exige que a equipe atue ativamente para suprir essas lacunas: *“A gente que vai pegar água para ela, né? [...] Porque a criança não consegue entrar ali numa cadeira de rodas”*. Esses relatos evidenciam que, diante das barreiras arquitetônicas impostas pelo espaço público, o projeto assume um *“compromisso ético de mediação”*, onde o esforço dos educadores funciona como uma tecnologia de acesso. Longe de ser apenas um improviso, essa atuação demonstra a *determinação do projeto em assegurar a experiência de contato com a natureza, não permitindo que a precariedade da infraestrutura impeça a inclusão*.

Outro aspecto relevante levantado na entrevista refere-se à percepção das famílias sobre o espaço do Clube da Mata. A gestão relatou existir uma barreira atitudinal prévia, manifestada pelo receio dos responsáveis em permitir a participação das crianças em atividades ao ar livre. Segundo a entrevistada: *“O que a gente percebe é que, assim, às vezes, alguns pais têm receio dos alunos irem até lá, justamente por ser uma área muito aberta”*. Esse relato evidencia o que se pode classificar como *protecionismo familiar*, uma reação que encontra respaldo na teoria de Ray e Sibara (2017). Pois, como já comentado, para estes autores, a construção social da “natureza selvagem” (*wilderness*) estaria frequentemente associada *ao risco* e destinada a

*corpos considerados “adequados”*. Assim, a insegurança das famílias não é infundada, mas reflexo de uma cultura que enxerga o corpo com deficiência como frágil demais para o ambiente natural, atuando como um fator limitante para a adesão às atividades.

Os resultados mostram que a acessibilidade física ainda é um dos principais entraves para a inclusão plena no *Clube da Mata*. A inadequação dos banheiros que não seguem as normas da ABNT e carecem de barras de apoio, somada à dificuldade de acesso aos bebedouros, compromete a autonomia de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Da mesma forma, a irregularidade das trilhas e a expectativa de que membros da equipe auxiliem manualmente na locomoção indicam que a infraestrutura atual não atende ao princípio de mobilidade segura previsto pela Lei nº 10.098/2000 e pela LBI (Lei nº 13.146/2015).

Por outro lado, os relatos evidenciam que a equipe busca suprir essas lacunas por meio da mediação humana, garantindo que os visitantes possam participar das atividades. Essa atuação pode ser interpretada como uma estratégia de resistência diante da ausência de infraestrutura adequada, aproximando-se da ideia de “compromisso ético de mediação”. Sob a ótica de Kafer (2017), tal prática tensiona a fronteira entre interdependência forçada, mas também demonstra que o projeto atua como mecanismo de correção de desigualdades. Assim, pode-se refletir que, embora a estrutura devesse assegurar autonomia funcional básica, a ação da equipe contribui para evitar e possibilitar experiências significativas de contato com a natureza.

## **II. Materiais didáticos**

Em relação aos materiais didáticos utilizados, o projeto conta com uma cartilha própria, disponibilizada em formato de *e-book*, elaborada para promover o engajamento do projeto. O material conta com informações a respeito do histórico da fazenda em que se localiza o clube, o papel da educação ambiental colaborativa, o programa de educação ambiental para estudantes das escolas de São Manuel na Fazenda Experimental da UNESP e *feedback* dos professores sobre as atividades do Clube da Mata.

Além da cartilha de apresentação do projeto, também existe um livro de histórias, feito de tecido, com diferentes texturas e desenhos, sem palavras, em que se pode adaptar a história contada conforme os alunos presentes, possibilitando a criação de novas histórias a partir da criatividade de cada um. Outra atividade, mas que não necessariamente é um material didático em si, é o momento de “banho de natureza”, que pode ser realizado em locais de mais fácil

acesso, de forma a contemplar todos os(as) alunos(as), independente de limitações neurológicas ou motoras.

Esses recursos podem ser considerados avanços importantes, mas aparentam não contemplar plenamente públicos com deficiências sensoriais, como estudantes cegos e surdos. Materiais táteis específicos, audiodescrição, pranchas de comunicação, versões ampliadas ou em libras são possíveis inclusão para estudantes com deficiência sensorias. A literatura sobre educação inclusiva aponta que barreiras informacionais são tão prejudiciais quanto barreiras físicas, pois limitam a compreensão, a interação e a construção de sentido durante as atividades educativas. Em conformidade com a própria LBI, a acessibilidade comunicacional não é opcional, mas parte integrante do processo educativo.

Nesse sentido, os materiais disponíveis parecem indicar avanços pontuais, mas ainda insuficientes para garantir acessibilidade comunicacional plena. Considera-se possível que investimentos em formação específicas e produção de recursos pedagógicos acessíveis ampliem a efetividade das práticas educativas do Clube da Mata.

### **III. Estudos e treinamentos**

Os resultados também apontam para a ausência de formação institucionalizada voltada à inclusão. A entrevistada relatou que os estudos realizados pela equipe ocorrem de forma autônoma e informal, baseados em interesse pessoal e experiências prévias. Embora essa iniciativa demonstre engajamento, pode-se sugerir que não substitui o aprofundamento técnico necessário para lidar com diferentes tipos de deficiência, especialmente em contextos sensoriais e múltiplos.

Essa lacuna formativa também explica o aproveitamento inadequado de recursos acessíveis já disponíveis, como a cadeira Juliette. Sem preparo técnico para operar esses equipamentos, a infraestrutura adaptada não se converte em acessibilidade prática, evidenciando a interdependência entre os eixos analisados. Com base na EA Crítica, autores como Loureiro (2014) e Layrargues (2014) apontam que a formação do educador deve permitir a compreensão da diversidade como dimensão ética e política. Nesse sentido, trabalhar com inclusão exige reconhecer desigualdades históricas, identificar as necessidades específicas dos estudantes e desenvolver mediações sensíveis, capazes de transformar o ambiente educativo em um espaço onde diferentes sujeitos possam participar de forma equitativa.

#### IV. Percepções sobre o comportamento e interação dos(as) alunos(as)

Durante a entrevista, foi relatado um contraste significativo entre a postura de alguns educadores do ensino formal e a resposta dos(as) alunos(as) no ambiente do Clube da Mata. A gestão apontou que professores, muitas vezes, chegam ao espaço reproduzindo estigmas: *“eles já chegam como se fosse um fardo... pelo fato de rotular, sabe? [...] Aquele ali é autista”*. Em contrapartida, o comportamento desses mesmos estudantes, quando inseridos nas atividades de educação ambiental, rompe com esses rótulos. Foi descrito que, ao entrarem em contato com a natureza, os estudantes demonstram curiosidade e engajamento sensorial: *“eles se descobrem num mundo muito incrível, porque tudo eles querem pegar”*. A experiência direta com a terra, como o ato de tirar os sapatos espontaneamente para sentir o chão, foi citada como um momento de tranquilidade e descoberta que surpreende até mesmo os professores que inicialmente os subestimavam.

#### 5. CONCLUSÃO

O projeto “Clube da Mata” possui um espaço de educação não formal muito rico e importante para o desenvolvimento das atividades de Educação Ambiental na cidade de São Manuel-SP. É notável que há uma grande organização e dedicação na manutenção do espaço, principalmente em relação às hortas e trilhas presentes no local, fator que auxilia no processo de desenvolvimento das atividades de ensino, além de ser fundamental para a segurança das pessoas presentes no espaço.

Apesar dos esforços de adaptação dos locais e preocupações em relação às práticas inclusivas, a infraestrutura limitada e falta de formações representam os principais entraves para a implementação efetiva de políticas que atendam as diversidades de deficiências existentes. Importante destacar que a disponibilidade de recursos financeiros impacta diretamente na implementação e continuidade dessas melhorias.

#### 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 10.098, de 19 dezembro 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm). Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 abril 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm). Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **ObservaDH – Observatório Nacional dos Direitos Humanos.** Brasília: MDHC, [s. d.]. Disponível em: <https://observadh.mdh.gov.br/>. Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Relatório Final do Grupo de Trabalho sobre Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência.** Brasília: MDHC, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/relatorio-final-gt-avaliacao-biopsicossocial-de-2024/relatorio\\_final\\_gt\\_avaliacao\\_-biopsicossocial\\_unificada.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/relatorio-final-gt-avaliacao-biopsicossocial-de-2024/relatorio_final_gt_avaliacao_-biopsicossocial_unificada.pdf). Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. **Modelo biopsicossocial da deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. **Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.** Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 11 out. 2025.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

KAFER, Alison. Bodies of nature: the environmental politics of disability. In: RAY, Sarah Jaquette; SIBARA, Jay (org.). **Disability studies and the environmental humanities: toward an eco-crip theory.** Lincoln: University of Nebraska Press, 2017. p. 201-241.

LAMIM-GUEDES, V. **Educação Ambiental: Uma ou várias? Debate entre educadores em educação ambiental.** Revista EA, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2305>. Acesso em: 13 nov. 2025.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. DA C. **As macro tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira.** Ambiente & Sociedade, v. 17, 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Educação ambiental crítica: contribuições e desafios.** In: LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, G. F. (Orgs.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios.** São Paulo: Cortez, 2014. p. 89-108.

LOUREIRO, C.; SAISSÉ, M. **Educação ambiental na gestão ambiental pública brasileira: uma análise da SEMA ao ICMBio.** Educação Pública, v. 23, 30 jan. 2014.

MARQUES, F. DA S.; NASCIMENTO, M.; ROCHA, M. B. **Educação Ambiental e Educação não formal: interações e potencialidades.** Pesquisa em Educação Ambiental, v. 18, n. 1, p. 1–16, 14 dez. 2023.

NOCELLA II, Anthony J. Defining Eco-ability: social justice and the intersectionality of disability, nonhuman animals, and ecology. In: RAY, Sarah Jaquette; SIBARA, Jay (org.). **Disability studies and the environmental humanities: toward an eco-crip theory.** Lincoln: University of Nebraska Press, 2017. p. 141-167.

OLIVEIRA, J. R. **A Contribuição da Educação Ambiental à Inclusão e à Acessibilidade da Pessoa com Deficiência: Uma Análise a Partir do Direito Ambiental.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/>.

RAMOS, E. C. **Educação ambiental: origem e perspectivas.** *Educar em Revista*, 2001.

RAY, Sarah Jaquette; SIBARA, Jay. Introduction. In: RAY, Sarah Jaquette; SIBARA, Jay (org.). **Disability studies and the environmental humanities: toward an eco-crip theory**. Lincoln: University of Nebraska Press, 2017. p. 1-26.

SANTOS, Mariana da Silva Guimarães; PICCOLO, Rodrigo Leite. **Programa de extensão universitária em educação ambiental para estudantes das escolas de São Manuel**. In: Clube da Mata: Atividades formativas em Educação Ambiental. 2024. p. 19–23.

SAUVÉ, Lucie. **Uma cartografia das correntes da educação ambiental**. In: CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (Org.). **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 16-37.

V TurboScribe. Transcrever áudio e vídeo para texto. Disponível em:  
[https://turboscribe.ai/pt/?ref=pdf\\_export\\_upsell](https://turboscribe.ai/pt/?ref=pdf_export_upsell).

VIEIRA, Rosângela; ZOUAIN, Débora M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2005.

## 7. ANEXOS

### 8.1. Anexo 1 – Observações da visita técnica

#### OBSERVAÇÃO DO ESPAÇO DE ACORDO COM A SUA ACESSIBILIDADE BARREIRAS ARQUITETÔNICAS/URBANÍSTICAS

- Caso o espaço tenha estacionamento, existem vagas sinalizadas para pessoas com deficiência?
- Possui banheiro acessível? com espaço para cadeirantes e apoio?
- Em espaços com assentos, possui espaço destinado para cadeira de rodas? Possui assento sinalizado para pessoas com deficiência?
- Em espaços com escadas, possui rampa para cadeira de rodas? Possui corrimão?
- É permitida a entrada e permanência de cão-guia?

#### BARREIRAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

- Em caso de placas de informação ou materiais didáticos, possui escrita em braile?
- Em caso de visita guiada, possui intérprete de libras? Material escrito?

### **8.1. Anexo 2 – Questionário para entrevista**

**Nome do(a) entrevistado(a):**

**Local onde trabalha:**

**Perfil do local e do(a) entrevistado(a):**

- Poderia descrever brevemente o espaço e as principais atividades educativas realizadas?
- Qual é o seu papel ou função dentro do projeto/espaço?

**Público atendido:**

- Com que frequência vocês recebem pessoas com algum tipo de deficiência?
- Quais tipos de deficiência são mais comuns entre os visitantes (física, auditiva, visual, intelectual, múltipla)?
- Existe algum tipo de estrutura ou treinamento para atender a essas pessoas?

**Infraestrutura e recursos de acessibilidade:**

- O espaço conta com adaptações físicas (rampas, corrimãos, pisos táteis, banheiros adaptados, etc.)?
- Há recursos comunicacionais, como materiais em braille, audiodescrição, Libras ou legendas?

**Formação da equipe:**

- A equipe responsável pelas atividades recebe algum tipo de capacitação sobre acessibilidade e inclusão?
- Como vocês lidam com situações em que não há estrutura adequada para determinado público?
- Existe troca de experiências ou parcerias com instituições especializadas em acessibilidade?

**Planejamento dos projetos:**

- Houve preocupação com a acessibilidade na formulação do projeto?
- A acessibilidade é pensada desde o início das ações ou costuma ser incorporada conforme as demandas surgem?

- Como o tema da inclusão e acessibilidade é tratado nas práticas de educação ambiental desenvolvidas aqui?

**Desafios e possibilidades de melhoria:**

- Você enxerga alguma melhoria que poderia ser realizada no projeto para torná-lo mais acessível?
- Quais obstáculos você enxerga para a aplicação de medidas que aumentem a acessibilidade do projeto?
- Que tipo de apoio (institucional, técnico, financeiro, formativo) seria necessário para superar essas barreiras?

**Perspectivas e experiências:**

- Poderia relatar alguma experiência positiva envolvendo visitantes com deficiência?
- Que aprendizados ou mudanças essa experiência trouxe para o projeto ou para a equipe?
- Como você enxerga a importância da acessibilidade para a educação ambiental e para a inclusão social em geral?

**8.2. Anexo 3 – Termo de consentimento (TCLE)**

**INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
(UNESP) DE BOTUCATU DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, CIÊNCIAS  
DA NUTRIÇÃO E DA ALIMENTAÇÃO (DHCNA)**

PESQUISADORES RESPONSÁVEL: Bruna Perroud Sacramento, Giulia Frizzo Puccetti, Kaique Daniel de Souza, Rafaela Hemily, Vivian Cristina Senese

ORIENTADORA: Nijiman Novello Rumenos

ENDEREÇO: Rua Profa. Dra. Cecília Magaldi, S/N CEP: 18618-697

TELEFONE: (14) 3880-0162

E-MAIL: [dchcna.ibb@unesp.br](mailto:dchcna.ibb@unesp.br)

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) Sr(a). está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada: Práticas Inclusivas em Espaços Não Formais: O Papel da Educação Ambiental na Região da Cuesta. Neste estudo, pretendemos identificar, mapear e analisar práticas de Educação Ambiental em espaços não formais do município de Botucatu, com foco na acessibilidade e na inclusão de pessoas com deficiência.

O motivo que nos leva a estudar essa temática é a importância de fortalecer ações educativas fora da escola que dialoguem com os princípios da Educação Ambiental Crítica e estejam comprometidas com a inclusão social, contribuindo com o desenvolvimento de práticas mais acessíveis e transformadoras. Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: a coleta de dados será feita por meio de **entrevistas semiestruturadas com gestores e/ou educadores de espaços não formais**. Essas entrevistas poderão ser presenciais ou virtuais. Com sua autorização, a entrevista poderá ser gravada para fins de transcrição e análise dos dados.

Você será esclarecido(a) sobre qualquer aspecto do estudo que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer prejuízo ou penalidade.

Os pesquisadores se comprometem a tratar sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou qualquer informação que permita identificação **não será divulgada sem sua autorização. O(a) Sr(a). não será identificado(a)** em nenhuma publicação ou apresentação que possa resultar deste estudo, a menos que haja autorização expressa. Caso haja qualquer dano decorrente da pesquisa, o pesquisador assumirá responsabilidade e prestará os esclarecimentos e encaminhamentos necessários.

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, fui informado(a) dos objetivos do estudo Práticas Inclusivas em Espaços Não Formais: O Papel da Educação Ambiental na Região da Cuesta, de maneira clara e detalhada, e tive todas as minhas dúvidas esclarecidas. Sei que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações ou modificar minha decisão de participar. **Declaro que concordo em participar deste estudo.** Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Botucatu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Nome do(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

Nome do(a) pesquisador(a): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_